



A fome no país do agronegócio *Hunger in the country of agribusiness*

FREITAS, Eduarda Vitória Lira de¹; SOUZA, Maria Fernanda Freitas de²; AMARO, Ana Beatriz Ries Coelho³; DINIZ, Ellen Rubia⁴; COUTO, Tarcísio Rangel⁵

¹ Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (IFMS), Campus Coxim, eduarda.freitas@estudante.ifms.edu.br; ² IFMS, Campus Coxim, maria.souza35@estudante.ifms.edu.br; ³ IFMS, Campus Coxim, ana.amaro@estudante.ifms.edu.br; ⁴ IFMS, Campus Coxim, ellen.diniz@ifms.edu.br; ⁵ IFMS, Campus Coxim, tarcisio.couto@ifms.edu.br

RESUMO EXPANDIDO

Eixo Temático: Saúde e Agroecologia

Resumo: O presente estudo teve como objetivo compreender as causas que levaram a atual situação de fome no Brasil e questionar a discrepância que existe num país que se projeta como um importante produtor de alimentos para o mundo, mas tem 1/3 da sua população em nível de insegurança alimentar. O trabalho foi realizado no IFMS, Campus Coxim, localizado no município de Coxim-MS. Foi feita uma pesquisa bibliográfica. O agronegócio se projeta na sociedade como o setor que mais contribui para o fortalecimento da economia do país, mas claramente não está comprometido com a soberania alimentar brasileira. A agricultura familiar deve estar no centro de toda e qualquer proposta de combate à fome devido ao seu potencial pra resolver essa questão. A fome não é necessariamente responsabilidade do agronegócio brasileiro, más este é um setor que “se fortalece a economia do país” e “se projeta como o celeiro do mundo” poderia contribuir mais para aumentar a segurança alimentar da sua própria população.

Palavras-chave: segurança alimentar; agricultura familiar; pobreza.

Introdução

O agronegócio brasileiro se projeta como um grande fornecedor de alimentos para o mundo. O setor celebrou mais uma vez o seu sucesso na safra de grãos 2022/2023 e apesar dos problemas climáticos, está estimada em 315,8 milhões de toneladas marcando um novo recorde, um aumento de 15,8 % em relação à safra anterior. A soja participa deste montante com praticamente 50 % do total (CONAB, 2023). Sucesso que não reflete nos preços dos alimentos no Brasil, e a realidade é que 1/3 da população passa fome (REDE PENSSAN, 2022).

A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) foi aplicada pela primeira vez na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) em 2004, e nesse ano 6,9 % da população se encontrava em situação de insegurança alimentar grave. Em 2009, a pesquisa foi novamente aplicada e identificou melhoria neste indicador (5 %). Em 2013, identificou-se o menor patamar de brasileiros nessa condição (3,2 %). Em 2014 o Brasil saiu do mapa da fome das Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura da ONU (FAO/ONU) quando menos de 5 % da população estava em situação de insegurança alimentar grave.



A pandemia de COVID-19 no Brasil, com o primeiro caso confirmado em 26 de fevereiro de 2020 teve consequências econômicas graves, afetando principalmente a população que vive em situação de vulnerabilidade social (SOUSA JUNIOR *et. al.*, 2020)

Como apontado pelo inquérito nacional da REDE PENSSAN (2022), 58,7 % dos lares brasileiros tiveram seus moradores em situação de insegurança alimentar (leve, moderada ou grave), esse foi o pior índice desde a primeira aplicação da PNAD 2004. Esse índice representa 125,2 milhões de pessoas que passam pela incerteza quanto à obtenção de alimentos, por limitação na qualidade de sua dieta e/ou restrição de quantidade de alimentos. Considerando somente a forma mais grave de insegurança alimentar, entre o fim de 2021 e o início de 2022 o índice foi de 15,5 %, e representa 33,1 milhões de brasileiros que convivem com a experiência da fome.

Desse modo, o presente estudo teve como objetivo compreender as causas que levaram a atual situação de fome no Brasil e questionar a discrepância que existe num país que se projeta como um importante produtor de alimentos para o mundo, mas tem 1/3 da sua população em nível de insegurança alimentar.

Metodologia

O trabalho foi realizado no Instituto Federal do Mato Grosso do Sul, Campus Coxim, localizado no município de Coxim-MS. Para a elaboração desse estudo, recorreu-se a uma pesquisa bibliográfica. O artigo foi estruturado da seguinte forma: primeiro uma caracterização introdutória sobre o Brasil como grande produtor e exportador de alimentos em contraste com a realidade de milhões de brasileiros em situação de insegurança alimentar. Como resultado desta abordagem houve uma tentativa de explicar e compreender o que levou o Brasil a voltar a patamares elevados de insegurança alimentar depois de oito anos de superação da fome e da extrema pobreza. Após essa exposição, apresentou-se algumas considerações, explicitando possíveis soluções para mitigar o problema.

Resultados e Discussão

Dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CNA) mostram os sucessivos recordes em exportação do agronegócio brasileiro, em 2016 somou US\$ 71,50 bilhões, em 2020 esse valor foi de US\$ 100,7 bilhões, em 2021 o valor foi de US\$ 120,5 bilhões e US\$ 158,9 bilhões em 2022, este último, com alta de 32% em relação ao ano anterior (CNA, 2023). Com esses índices o agronegócio se projeta na sociedade como o setor que mais contribui para o fortalecimento da economia do país. Os produtos responsáveis por alavancar as exportações que se destacam em primeiro lugar é do complexo soja (MAPA, 2023).

De acordo com o relatório intitulado '*Visão de futuro no agro brasileiro*' pesquisadores de EMBRAPA, utilizaram dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE) e consideraram os preços da cesta básica (preço de São Paulo) seus valores deflacionados pelo IGP-DI, para mostrar



que no período de 1974 a dezembro de 2021 houve redução dos preços dos principais alimentos, e que isso permitiu às famílias a compra de produtos industriais. Segundo esse relatório os preços da cesta básica, passaram de R\$ 1.054,75 no início da década de 1970 para R\$ 599,41 em dezembro de 2021, assim apontaram uma redução do preço da cesta básica de 43,17 %. Por fim concluíram que em '*anos recentes*', a partir de 2016, apesar dos preços apresentarem uma leve tendência de alta, a cesta básica permanece em média 600,00, o relatório também afirma o compromisso do agronegócio em garantir o abastecimento da sociedade e, assim, a segurança alimentar dos brasileiros. (EMBRAPA, 2023). Esse texto posiciona o agro brasileiro num patamar de destaque quanto a sua eficiência produtiva e contribuição para o abastecimento interno.

A partir desses índices fica muito difícil não concordar que o agronegócio é sucesso absoluto, esses dados o colocam em patamares que alimentam narrativas que legitimam posicionamentos políticos sobre o setor.

Dados do Dieese (2023), analisados pelos autores do presente artigo, nos mesmos '*anos recentes*', más agora sem correção dos valores deflacionados pelo IGP-DI, mostram que entre 2016 e 2023 o custo da cesta básica (São Paulo) na verdade teve um aumento de 76 % e não um leve aumento como colocado no relatório '*Visão de futuro no agro brasileiro*'.

O grupo de alimentos essenciais para a vida dos brasileiros teve sucessivos aumentos e passou de R\$ 448,31 em janeiro de 2016, para R\$ 517,51 em janeiro de 2020, depois para R\$ 790,57 em janeiro de 2023 (preço de São Paulo). Neste mesmo período o salário mínimo que em 2016 era de R\$ 880,00 passou para R\$ 1.320,00 em 2023, um aumento de 50%, o poder de compra dos alimentos foi diminuindo com o tempo.

Fazendo um paralelo com o ganho nas exportações do agronegócio brasileiro neste mesmo período de 2016 a 2022 o setor cresceu US\$ 87,2 bilhões, ou seja, o Agro brasileiro cresceu 122 % neste período de forma espetacular. No entanto, nos deparamos com a "fila dos ossinhos" em Cuiabá-MT, um retrato da fome no ano de 2021, num contexto de produção de riqueza na capital do agronegócio brasileiro (MARTINS, 2022).

Um país com o potencial de produção agrícola como o do Brasil jamais deveria viver momentos de escassez de alimentos para a sua população. Mas como explicar a fome no país do Agronegócio? Seguem mais algumas considerações:

O Brasil possui uma política agrícola equivocada, com uma alta concentração de terras em posse das elites brasileiras. A agricultura não familiar formada principalmente pelos conglomerados agropecuários equivalem a 77% de toda área de terra cultivada no Brasil em 23,2 % dos estabelecimentos (IBGE, 2017). São áreas de monocultura de soja, milho, cana e madeira que equivalem a mais de 70% da área colhida no Brasil em produtos agropecuários (IBGE, 2021).

Uma agricultura centrada no uso de agrotóxicos e fertilizantes importados. No caso dos agrotóxicos, as isenções fiscais ou redução de ICMS se perpetuam e são frequentemente renovadas quase que automaticamente, uma ação justificada na nobreza do discurso de segurança alimentar e do combate à fome de um produto que possui o potencial de matar e poluir o meio ambiente (SOARES *et. al.*, 2020).



O agronegócio brasileiro é a expansão capitalista no campo com o objetivo de acúmulo de capital e lucro, sendo os alimentos tratados como mercadorias. Esse sistema pressiona a padronização dos alimentos para atender a um mercado global, assim, diminui-se o interesse econômico em abastecer o mercado interno. Wedekin & Rodrigues (2023) relatam que o mercado interno continua sendo um privilégio da agricultura brasileira: absorve 73% da produção e afirma que o Brasil reúne as condições e tem a obrigação de estabelecer políticas para viabilizar a segurança alimentar global. Entretanto, não menciona em seu texto compromisso com a segurança alimentar do próprio país.

A monocultura é uma característica do agronegócio brasileiro que contribui para a escassez de variedades de alimentos no mercado interno, reduzindo assim a diversidade de dietas e a segurança alimentar das comunidades mais vulneráveis.

Esse modelo de desenvolvimento agrícola brasileiro passa pela intensa valorização do agronegócio pelo poder público e também pela popularização de narrativas que tornam o Agro pop, seduzindo e fazendo parte do imaginário de muitos jovens como colocado por Gerhardt *et al.* (2021) o totem *Agro* que circula na internet tem como objetivo criar um sentimento de pertence ou de repúdio através de imagens, representações, dispositivos simbólicos e discursos totalizantes, desde condutas triviais e regras de etiqueta até aquilo que deve ser valorizado ou, ao contrário, censurado sobre o agronegócio.

Assim evita-se discutir e enfrentar o problema fundiário do país que possui um modelo excludente de agricultura que expulsa o homem do campo e concentra as pessoas na área urbana sem as condições básicas e necessárias para a sobrevivência.

No período de 2018 a 2022 observa-se as políticas públicas de apoio à produção agrícola familiar sendo reduzidas ao longo dos anos, assim como o estímulo à produção agroecológica através do Plano Nacional de Agroecologia que tinha como foco o incentivo às iniciativas na produção de alimentos em base familiar e agroecológica, geração de renda e agregação de valor aos produtos da agricultura familiar.

Para além das questões relacionadas com a política agrícola brasileira, outros fatores também contribuíram para situação de insegurança alimentar, como a alta dos preços dos combustíveis e dos fertilizantes importados que aumentaram o custo de produção. Somado a estes fatores as mudanças climáticas tem como consequência as secas, e geadas que diminuem a produtividade, refletindo principalmente safra 2022/2023, más que mesmo assim, bateu o seu recorde em relação a safar anterior.

A crise socioeconômica brasileira repercute em desemprego, aumento da informalidade que reduz a renda e o poder de compra das famílias brasileiras e consequentemente diminui o percentual de gasto com os alimentos, e por causa da inflação compram alimentos cada vez mais caros.

A Pandemia agravou a insegurança alimentar, e chegou num momento de total desmonte de políticas públicas que poderiam mitigar esse problema. Cita-se a extinção, enfraquecimento e esvaziamento de órgãos e políticas de proteção social em nível federal. Destaca-se a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) em 2019 formado por representantes do governo e da



sociedade civil, para assessorar a formulação de propostas e a implementação de ações em busca de soluções para o problema da fome e da miséria no país; extinção da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário para a implementação das políticas públicas como a reforma agrária e a promoção do desenvolvimento sustentável; enfraquecimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) decisivo no financiamento de alimentos para o mercado interno a partir do reconhecimento da relevância da produção de alimentos; redução da abrangência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que tem como o objetivo de promover o acesso a alimentos e incentivar a agricultura familiar; redução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) , voltado para compras de alimentos para a merenda escolar em escolas públicas e a eminente extinção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO).

A insegurança alimentar representar não só uma ameaça para as condições de saúde e nutrição da população brasileira mas representa também problemas estruturais de uma sociedade vulnerável pela pobreza (SANTOS *et al.*, 2018). A insegurança alimentar no Brasil, a falta de acesso e disponibilidade de alimentos para grande parte

de população em um país que supostamente produz alimentos para o mundo é bem complexa e tem várias dimensões, no presente artigo tratou-se de elencar algumas questões consideradas essenciais para explicar este contexto. Contudo é necessário e urgente o resgate de políticas públicas governamentais, extintas ou enfraquecidas junto a uma série de estruturas e instituições que já fez com que o Brasil deixasse o mapa da fome uma vez. Isso é o que se espera do novo governo a partir de 2023.

Conclusões

O país do agronegócio precisa de uma agricultura comprometida com o abastecimento interno de alimentos e a soberania alimentar de seu país. A agricultura familiar corresponde a este preceito, mas precisa de um suporte governamental e políticas públicas para o seu fortalecimento, uma vez que já é comprometida com a produção de alimentos. A agricultura familiar deve estar no centro de toda e qualquer proposta de combate à fome no país devido ao seu potencial pra resolver essa questão. A fome não é necessariamente responsabilidade do agronegócio brasileiro, mas este é um setor que “se fortalece a economia do país” e “se projeta como o celeiro do mundo” poderia contribuir muito mais para aumentar a segurança alimentar da sua própria população.

Referências bibliográficas

CNA. **Exportações do Agro batem recorde em 2022**. 20 de jan. 2023. Disponível em: <https://cnabrasil.org.br/noticias/exportacoes-do-agro-batem-recorde-em-2022>. Acesso em: 05 de jun. 2023.

CONAB. **Boletim Safra de Grãos: 9º levantamento 2022/2023**. Brasília 13 de jun. 2023. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/graos/boletim-da-safra-de-graos>. Acesso em: 04 de jul. 2023.



DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos**: Banco de Dados. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/cesta/produto>. Acesso em: 04 de jul. de 2023.

EMBRAPA. **Visão de futuro do agro brasileiro**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/en/visao-de-futuro>. Acesso em: 04 de abr. 2023.

GERHARDT, C. **Agronegócio "desde o gene até o meme": a invasão do vírus/totem agro**. *Mana*, v. 27, p. e273206, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-49442021v27n3a206>. Acesso em: 25 de abr. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agro 2017**. Brasília, 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: 02 de mai. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Área colhida em hectares no Brasil**: 2021. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html>. Acesso em: 02 de mai. 2023.

MAPA. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. **Nota da Imprensa Balança Comercial do Agronegócio 2022**. 15 de jul. 2022.

MARTINS, C. A. C. **A “fila dos ossinhos” na capital do agronegócio brasileiro**: o retrato da fome que cresce num contexto de produção de riqueza abundante. *Revista Direitos, trabalho e política social*, v. 8, n. 14, p. 128-146, 2022.

REDE PENSSAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil (II VIGISAN): relatório final. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar- PENSSAN. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert. 2022.

SANTOS, T. G. *et al.* **Tendência e fatores associados à insegurança alimentar no Brasil**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2009 e 2013. *Cadernos de Saúde Pública*. v. 34, n. 4, 2018.

SOARES, W. L. *et al.* **Uma política de incentivo fiscal a agrotóxicos no Brasil é injustificável e insustentável**. Rio de Janeiro, ABRASCO, 2020. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2020/02/Relatorio-Abrasco-Desoneracao-Fiscal-Agrotoxicos-17.02.2020.pdf>. Acesso em 10 de abr. de 2023.

SOUSA JÚNIOR, J. H. *et al.* **Da desinformação ao caos**: uma análise das Fake News frente à pandemia do Coronavírus (COVID-19) no Brasil. *Cadernos de prospecção*, v. 13, n. 2, p. 331-331, 2020.

WEDEKIN, I.; RODRIGUES, R. **Por uma safra superior a 300 milhões de toneladas em 2023**. *AgroANALYSIS*, v. 42, n. 6, p. 22-27, 2022.